A DENÚNCIA DE UM PROJETO TRANSFEMINICIDA E A IMPORTÂNCIA DA NOMEAÇÃO DO FENÔMENO DO TRAVESTICÍDIO-TRANSFEMINICÍDIO NO BRASIL[1]

Eixo Temático 39 – Violência de gênero na sua expressão letal: abordagens interseccionais para a interpretação do fenômeno dos (trans)feminicídios

Silvana Marinho [2]

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar alguns dos resultados da pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cuja tese, intitulada "Por um ensaio feminista do travesticídio-transfeminicídio", afirma a transfobia letal como uma expressão da necropolítica de gênero (Sagot, 2013), denominando os assassinatos de motivação misógina contra as mulheres trans de travesticídio-transfeminicídio, em coro com o que reivindica o movimento de travestis e transexuais no Brasil. Afirma-se que essa violência advém das relações patriarcais de gênero, tendo como elemento fundante o patriarcado moderno de alta intensidade (Segato, 2016), situando esse fenômeno no escopo da violência estrutural da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Travesticídio, Transfeminicídio, Necropolítica de gênero, Travestis, Mulheres transexuais.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz elementos de análise para a reflexão do travesticídio-transfeminicídio, seja a importância da nomeação desse fenômeno, compreendido como uma expressão da necropolítica de gênero, seja a sua denúncia enquanto um projeto transfeminicida. Tem como premissa reconhecer a luta do movimento de travestis e mulheres transexuais para dar nome à violência de gênero letal sofrida, como uma estratégia política de resistência e denúncia à omissão conceitual, legal e estatal para com o fenômeno.

---

[1] Este trabalho articula-se ao Projeto de Pesquisa "Respostas ao Fenômeno do Travesticídio-Transfeminicídio no Estado do Rio de Janeiro" (Cf. Edital SELIC/UERJ 2024 sob o n.43107), enquanto aprofundamento da tese de doutoramento em Serviço Social no PPGSS/UFRJ intitulada " Por um ensaio feminista do travesticídio-transfeminicídio".

[2] Professora Adjunta do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Doutora em Serviço Social (PPGSS/UFRJ), marinho.silvana@gmail.com.

Afirma-se que essa violência advém das relações patriarcais de gênero, tendo como elemento fundante o *patriarcado moderno de alta intensidade* (Segato, 2016), situando esse fenômeno no escopo da violência estrutural da sociedade brasileira, constituinte da ordem colonial moderna capitalista, cuja barbárie sobre as corporeidades dissidentes do sujeito colonial moderno lhe é imanente.

A necropolítica de gênero será debatida num primeiro plano por alguns dos seus elementos histórico-conceituais e conjunturais, para, em seguida, ser articulada aos dados do feminicídio e do travesticídio-transfeminicídio no país, revelando a *dialética perseguição-resistência* constitutiva da violência de gênero.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza exploratória sob a revisão bibliográfica de perspctivas feministas que contribuem para o amadurecimento do estatuto teórico do travesticídio-transfeminicídio como uma expressão do fenômeno da violência de gênero.

Dessa revisão biliográfica, destacam-se autorias de referência, cujas formulações demarcam a natureza estrutural do fenômeno, como: Heleieth Saffioti, Suely Almeida, Lília Pougy, Rita Segato, Montserrat Sagot e Silvia Federici.

Portanto, a violência de gênero é concebida em seu caráter ontológico (Saffioti, 2004), como um conceito mais amplo, enquanto execução do projeto de dominação-exploração masculina e sua função patriarcal, abrangendo vítimas-categorias sociais que não possuem um projeto de dominação-exploração (Saffioti, 2001). Como um fenômeno cuja raiz deve ser perseguida em sua dimensão constituinte, o das relações sociais contraditórias (Pougy, 2012a). Como categoria analítica, cujo termo violência de gênero é mais apropriado para qualificar o fenômeno, ultrapassando seu caráter descritivo, visto que gênero apresenta dupla dimensão categorial, histórica e analítica (Almeida, 2007). E como uma guerra às mulheres (Segato, 2016), uma estratégia de guerra contemporânea, expressão da violência instrumental e expressiva sobre corpos femininos como terreno-território (Segato, 2005; 2016), signo de uma coletividade ameaçadora à ordem colonial moderna, cujo sentido da guerra é o de exibir a soberania de um grupo sobre o outro pela pedagogia da crueldade (Segato, 2016).

No quadro teórico da guerra às mulheres, também podemos localizar a tese da *permanente caça às bruxas* (Federici, 2017; 2019), cuja análise entende a perseguição às mulheres como um processo de natureza histórica, estrutural e permanente do mundo moderno. Isso significa depreender a violência de gênero "à luz dos processos históricos reais, como a invenção da bruxa da Era Moderna que arregimentou na "bruxa" todas as facetas do feminino insubordinado que segue resistindo à opressão-exploração" (Marinho, 2024, p. 7).

REFERENCIAL TEÓRICO

Para o tratamento analítico do fenômeno do travesticídio-transfeminicídio, este trabalho ancora-se na teorização feminista de que o feminicídio se estabelece como necropolítica em face das estruturas desiguais das sociedades (Sagot, 2013).

> De esta forma, los sistemas de estratificación, sus discursos y sus prácticas generan esta política letal en la que algunos cuerpos son vulnerables a la marginación, a la instrumentalización e incluso a la muerte (Sagot, 2013, p. 5).

A necropolítica de gênero é compreendida como "una definición de quien importa, quien no, quien es desechable y quién no" (Sagot, 2013, p. 1).

> La necropolítica de género produce así una instrumentalización generalizada de los cuerpos de las mujeres, construye un régimen de terror y decreta la pena de muerte para algunas. [...] Desde esa perspectiva, el femicidio, como expresión directa de la necropolítica de género, tiene el objetivo de obligar a las mujeres a aceptar las reglas masculinas y, por tanto, a preservar el estatus quo genérico (Sagot, 2013, p. 5).

O *mandato da masculinidade* e seu pacto patriarcal precisam afirmar-se no público e no privado (Segato, 2016). A despeito de ocorrer na ordem das relações pessoais e interpessoais ou na esfera da impessoalidade, como distingue Segato (2016), ambas se inscrevem na estrutura genérica e impessoal do gênero e seu mandato da dominação, com a tolerância do tecido social e do Estado, visto que também ele é patriarcal, afinal sua história não é outra coisa senão a história do patriarcado moderno.

> El recurso a la agresión, por lo tanto, aun en el ambiente doméstico, implica la suspensión de cualquier outra dimensión personal del vínculo para dar lugar a un afloramiento de la estrutura genérica e impersonal del género y su mandato de dominación (Segato, 2016, p. 142).

A relação indissociável entre a violência estrutural e a violência de gênero, tendo como base o patriarcado, afigura-se na *pedagogia da crueldade*, isto é, uma feição da guerra como projeto, com política: "hoy la guerra aflora y se vuelve conspicua como la materialidad última

e irreductible horizonte de toda política" (Segato, 2016, p. 58). Material e subjetivamente, sob a atmosfera patriarcal colonial moderna, a guerra no novo cenário bélico mundial não se destina à paz nem se pretende conclusiva. Ela assume uma forma constante de existência do capitalismo imperial, uma forma de domínio em virtude da perda progressiva de controle sobre a economia global, normalizando a paisagem de crueldade e minando a capacidade de empatia, de afeto e de laços coletivos entre os sujeitos (Segato, 2016).

Seus efeitos são severos sobre os países do Sul Global. No Brasil, podem ser lidos com as altas taxas de assassinatos no país. Um quadro social violento como o brasileiro (neoconservador, com privações socioeconômicas, retração de direitos, criminalidade e a presença de forças paraestatais milicianas) só faz aumentar a violência de gênero na sua dimensão pública e privada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nomear a manifestação da violência de gênero contra às travestis e às mulheres transexuais, na sua expressão letal, tem sido uma estratégia política para evidenciar um problema social e histórico, que advém de uma estrutura desigual de poder desumanizadora das corporeidades divergentes daquela do sujeito universal do projeto da modernidade colonial.

Assim como o feminicídio nomeia algo histórico, vem sendo urgente nomear o aniquilamento de travestis e mulheres transexuais, o que não tem sido um movimento isolado. Há entre as ativistas transfeministas latino-americanas debates e propostas de nomenclaturas de modo a visibilizar a forma particular desses crimes em relação às especificidades da identidade de gênero travestis e transexual. Tem-se reclamado, mais recentemente, pela contração *travesticídio-transfeminicídio,* constando à sua frente o assassinato de travestis, em referência à identidade mais *vitimada*[3] por esse tipo de crime.

O travesticídio-transfeminicídio não existe hoje como um tipo penal, como já é tipificado o (cis)feminicídio pela Lei 13.104/2015. Mas, ele existe enquanto um fenômeno social negado flagrantemente pelo poder público. As travestis e mulheres transexuais estão sendo negligenciadas pelas bases de dados oficiais brasileiras, quer sobre a violência de gênero,

[3] Apoiado nas autoras Saffioti e Almeida (1995) e Pougy (2012a;2012b), este texto não polariza *vitimação e vitimização*, pela razão, mesma, de não opor violência estrutural à violência interpessoal, o que resultaria em incorrer na exterioridade dos sujeitos das relações sociais que o forjam.

quer sobre a violência LGBTIfóbica, no âmbito da segurança pública, da pasta dos direitos humanos e do setor de saúde.

Portanto, é o ativismo trans organizado que tem protagonizado a produção de dados sobre a violência transfóbica. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), desde 2017, publica um *Dossiê*[4] nos trazendo a fotografia dessa violência. Ao longo de dezesseis anos consecutivos constata-se que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais, conforme o ranking produzido pela *Transgender Europe* (TGEU)[5].

Nas últimas 7 edições do Dossiê da ANTRA, vemos que a totalidade do quadro mensurado de violências assumiu uma feição hiperbolizada da barbárie: houve aumento de mais de 50% nas tentativas de assassinato; mais de 30% de suicídio e mais de 40% de violência doméstica. As travestis negras assassinadas são quase 80%, evidenciando a abjeção à uma estética trans latina: a travesti racializada.

Um dado gravíssimo é a idade das vítimas. A média etária de mulheres trans assassinadas corresponde às mais jovens (de 18 a 29 anos), reduzindo a expectativa de vida dessa população trans, mensurada em 35 anos. Concorda-se, assim, que:

> o assassinato precoce é o início da tentativa de destruição cistemática[6] de uma população. É a consolidação de um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país – e no mundo (Benevides; Nogueira, 2021, p. 39).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As corporeidades trans vivem um processo de perseguição e resistência. Sua politização na esfera pública, já desde os anos de 1990, alterou as relações de poder. Não à toa crescem as reações antigênero e o ódio anti-trans. Com base na literatura científica do campo da violência de gênero, a travestifobia/transfobia se realiza na medida, mesmo, que as mulheres trans

---

[4] A metodologia sobre as fontes consultadas é comumente informada nas edições do Dossiê da ANTRA, a saber: fontes primárias (são as fontes governamentais; da Segurança Pública; de processos judiciais; e de Mídias e jornais) e fontes secundárias (instituições de Direitos Humanos; redes sociais; relato testemunhal e outras fontes não classificadas). Em razão da ausência ou dificuldade de acesso aos dados do Estado, as fontes secundárias acabam se tornando as principais fontes da pesquisa da ANTRA (Benevides, 2023).

[5] Organização Não-Governamental (ONG) europeia que vem monitorando a violação dos direitos humanos da população trans em 71 países, a partir de informações de instituições e do movimento social. Temos notícias desse monitoramento já desde 2008, a partir da pesquisa *Transrespect versus Transphobia Worldwide*, cuja publicação, com dados reunidos de 2008 a 2011, trouxe pertinentes informações sobre o fenômeno, rompendo o silêncio sobre o assunto.

[6] A palavra "cistemática" foi extraída tal qual constava no então Dossiê. Trata-se de um neologismo das autoras para evidenciar a dominância cisnormativa.

exercem resistência à matriz colonial e hegemônica de gênero (Marinho, 2020). Afinal, o uso da violência, como forma de manter a dominação, apresenta-se quando a ideologia patriarcal não se revela suficientemente disciplinadora (Almeida, 2007).

Conclui-se este artigo com um chamamento à tarefa conceitual e política de problematizarmos a universalização da violência feminicida no Brasil, ultrapassando o olhar cisgenerificante da violência de gênero. Isso é importante para conhecermos como ele ocorre concretamente nos corpos femininos e pensarmos respostas estruturais ao seu enfrentamento

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S. de. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, S.S (Org.). **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007, p. 23-41.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019.** São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, 2020.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B**. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, 2021.

BENEVIDES, B. **Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022** (ANTRA, 2023). Brasília: Distrito Drag (DF), 2023.

FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. Tradução Heci Regina. Candiani. 1. edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARINHO. S. “Livres como pássaras”? Acumulação primitiva, caça às bruxas e a expropriação misógina. **Serviço Social em Debate**, Vol. 6, N. 2, p.7-21. Dossiê Expressões da Violência Contra as Mulheres: Feminismos e Práticas de Resistência, 2024.

MARINHO, S. **Por um ensaio feminista do travesticídio-transfeminicídio**. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2023, 366p.

MARINHO. S. Mulheres trans, violência de gênero e a permanente caça às bruxas. **Argumentum,** Vitória (ES), UFES, v.12, n.3, p.86–101. Dossiê Questão Social, violência e segurança pública, set/dez, 2020.

POUGY, L G. Notas sobre políticas públicas de gênero e serviço social. **Praia Vermelha** nº22, Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, p. 159-174, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J.V.T. (org.) **Violência em tempo de globalização**. São Paulo, Editora HUCITEC, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B; ALMEIDA, S. S. **Violência de Gênero. Poder e Impotência.** Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter Ltda., 1995.

SAGOT, M. El femicidio como necropolítica en Centroamérica. In: **Labrys Études Féministes**, (24), jul-dez, Montreal, Paris, 2013.

SEGATO, R. L.Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(2), p. 265-285, maio-agosto/2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200500020004. Acesso em: 02 mai. 2021.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.